



## 1. Informações Gerais

**Data:** 21.05.2018

**Horário:** 09h00 às 12h

**Local:** Plenário da Câmara Única

### Participantes:

- Comitê de Gestão Estratégica;
- Patrocinadores, Gestores e Gerentes de Projetos Estratégicos;
- Colaboradores do Escritório de Projetos e do Núcleo de Estatística;
- Diretores de Departamentos

## 2. Objetivos da Reunião

Avaliar a execução da Estratégia definida para o Tribunal de Justiça do Estado do Amapá no período 2015-2020, a considerar os indicadores estratégicos do ano de 2018.

## 3. Pauta

- 3.1. Aprovação da Ata anterior;
- 3.2. Metas Nacionais 2017;
- 3.3. Metas Nacionais 2018;
- 3.4. Orçamento do TJAP;
- 3.5. Apresentação dos indicadores estratégicos do TJAP 2018;
- 3.6. Agenda da RAE 2018;
- 3.7. O que ocorrer;

### Comentários:

Não ocorrendo comentários, passou-se para o primeiro item da pauta

### Item 3.1 da Pauta: Aprovação da Ata anterior:

Após a apreciação, a ATA da 7ª RAE ficou para ser aprovada no final da reunião.

### Item 3.2 da pauta: Metas Nacionais 2017:

Foi dada a palavra para o Assessor de Planejamento, em exercício, CARLSON UCHÔA, para explanar sobre os itens da pauta, o que o fez, informando que o Tribunal, apesar de ter conquistado o Selo Ouro, vai persistir na busca do Selo Diamante. Foi apresentado o quadro de evolução dos índices para a obtenção dos selos. A orientação para a conquista do Diamante é que haja o empenho de todos. Na ocasião, o Presidente do TJAP, Des. CARLOS TORK, salientou que a conquista do Selo Diamante está nos detalhes. No entanto, o detalhe nas informações não estão acontecendo do jeito certo, isto é, a forma correta para o lugar correto. Isso é fundamental para a excelência da informação. Em prosseguimento, foram apresentados os resultados metas nacionais dos últimos anos, até 2017. O Desembargador observou que, com a equalização da força de trabalho em 2017, os resultados em 2018 serão bem melhores.

### Item 3.3 da pauta: Metas Nacionais 2018:

Em seguida, foram apresentadas as Metas Nacionais para 2018, dentre elas: Metas 1, 2, 4, 5, 6 e 8. Na oportunidade, JOB MORAES, da Assessoria de Planejamento, informou que, de acordo com o novo modelo de governança colaborativa, o CNJ já iniciou os trabalhos de coleta de demandas para as Metas



2019, a serem aprovadas na Reunião de Presidentes que vai ocorrer no mês de novembro deste ano. A partir de então, os sub-comitês regionais já estão encaminhando propostas - o TJAP faz parte do sub-comitê regional da região Norte, hoje capitaneado pelo Estado do Tocantins. Quando for acionado, o Tribunal amapaense vai apresentar suas demandas de metas. De acordo com o CNJ, o TJAP tem que promover pelo menos dois eventos para captar demandas relacionadas às metas. A exemplo do ano de 2017, em que o TJAP realizou dois eventos para colher informações para as Metas. Um deles foi a realização de workshop com Magistrados e Servidores. O outro foi uma consulta pública, através do Portal da Instituição. JOB MORAES explicou que os dois eventos já se encontram em fase de levantamento para posterior aprovação e início das atividades no mês de junho e encaminhamento ao CNJ no final de agosto, para consolidação das informações que serão encaminhadas para a Reunião de Encontro dos Presidentes, para aprovação. Em relação às Metas ENASP/2018, foi informado na ocasião que tais metas ainda não foram definidas. No ano de 2017, a Justiça do Amapá alcançou aproximadamente 38% do atingimento da meta, ou seja, foi um percentual considerado muito abaixo do esperado em razão de algumas particularidades. 2018 ainda não tem definição. Quanto ao IPCJus, o Tribunal saiu da casa dos 96%, em 2016, e chegou ao final de 2017, 100% do IPCJus.

#### Item 3.4 da pauta: Orçamento do TJAP:

Foi apresentado um quadro de evolução de repasse do orçamento, a partir de 2014. No ano de 2016, o investimento foi na ordem de 2,04 milhões; em 2017 foi investido 2,1 milhões. O fato é que, de acordo com o índice que mede a execução do investimento, o valor executado em investimento foi de apenas 1 milhão. Para 2018, o orçamento do TJAP 312 milhões, sendo 303 milhões repassados pelo GEA. Para 2019, com o esforço de gestões da equipe técnica e da presidência, junto ao Executivo, o orçamento alcançou o montante de 342 milhões. Isso permitiu à Alta Gestão de antecipar a chamada de novos concursados para preencher vagas, especialmente em comarcas do interior. O Des. CARLOS TORK explicou que o desafio é fazer uma melhor execução orçamentária, otimizando os recursos para 2018.

#### Item 3.5 da pauta: Apresentação dos Indicadores Estratégicos do TJAP 2018:

Ao falar sobre os Patrocinadores, Gestores e Gerentes de Projetos Estratégicos, foi mostrada a Portaria n. 50780/2017, com as mudanças especialmente em algumas gerências de projetos. CARLSON UCHÔA mostrou em seguida o acompanhamento dos projetos estratégicos, a partir do Mapa Estratégico 2015-2020, contendo as perspectivas do Tribunal no momento atual e quais as pretensões a serem alcançadas até 2020, em cada objetivo estratégico com os índices correspondentes. O desempenho dos indicadores estratégicos, referente ao 1º quadrimestre de 2018, foi evidenciado nas cores Verde (quando o resultado da meta for maior ou igual a 90%); Amarelo (quando o resultado da meta estiver entre 60% e 90%); Vermelho (quando o resultado da meta for menor que 60%); e Branco (quando não existe indicador para aferição). Na sequência, falou-se do desempenho de cada Objetivo Estratégico, na ordem seguinte: VALORIZAÇÃO E RECONHECIMENTO, onde se falou sobre a TLP e Distribuição de Força de Trabalho. Nesse item, os dados estão incoerentes e precisam ser ajustados. O Des. CARLOS TORK cobrou informações mais precisas para que todo processo de equalização de força de trabalho ocorra com segurança. A preocupação do Presidente é quanto ao concurso de remoção. Segundo ele, no momento não há necessidade, mas cobrou agilidade nessas informações para que possa tomar decisões e suprir as lacunas existentes e evitar carência de pessoal em Unidades Judiciais. A Juíza JOENILDA LENZI indagou se o CEJUSC é considerado uma Unidade para efeito de lotação de pessoal, haja vista a carência de servidor nessas Unidades e as cobranças serem grandes do ponto de vista das estatísticas. O Desembargador esclareceu que, de acordo com a Resolução 219, o CEJUSC não entra em razão de ser Unidade nova e de apoio. Para contemplar essa Unidade, foi realizada uma pré-seleção para os candidatos interessados em compor o CEJUSC. Na pré-seleção, 35 servidores optaram por trabalhar no âmbito da conciliação. Dessa vez, com a equalização afinada à 219, os CEJUSCs receberão a atenção que merece. Segundo o Des. CARLOS TORK, a partir de 30 de maio quando as carências das Unidades forem supridas. Feitos esses esclarecimentos, foi abordado o Clima organizacional, segundo o qual o índice só muda ao final do ano quando é realizada a pesquisa. O gerente de projeto Melhor +, DIEGO FRANÇA, esclareceu que no ano de 2015, foi realizada uma pesquisa para Clima Organizacional, a meta era 70% e foi atingido 61%, ou seja, se atingiu 87% de realização da meta. Em 2017, a meta era 80% e



não 85% definido para 2018. Desses 85%, foi atingido 67%, uma queda para 83%. O Clima Organizacional contem em seu bojo 7 indicadores: Carreira, Liderança, Orgulho, Relacionamento, Remuneração, Saúde e Suporte. Na linha da pesquisa realizada, Carreira e Saúde se encontram como os dois piores indicadores. Em relação à Carreira, o serventuário não está satisfeito, isto é, não vê perspectiva. A sugestão, segundo DIEGO FRANÇA, é que, função comissionada e cargo comissionado passem por um processo seletivo, com pré requisitos a serem preenchidos. É possível que dessa forma o servidor tenha uma sensação de justiça. Tribunais de Brasília e da Bahia se utilizam desse método e tem dado certo. A implantação desse método ocorrerá com termino da implantação da Gestão por Competência. Nesse sentido, Gestão por Competência possui 5 etapas, nas quais é preciso investir na carreira e na saúde. Nesse item, o indiciador despenca. Sobre esse aspecto - situação ergonômica e a falta de recurso para supri-la - o Desembargador garantiu que até final de outubro todos os estudos e necessidades das 4 SU's deverão estar concluídos. Tudo montado e funcionando, para que, até 18 de dezembro se realize a mudança – início do recesso. Para que no retorno do recesso, em janeiro de 2019, os servidores tenham as melhores condições de trabalho, com móveis e equipamentos devidamente instalados. Santana não será contemplada, por razões peculiares às necessidades do próprio Fórum. Ainda em relação à Saúde, o Des. CARLOS TORK disse que o TJAP não tem outra alternativa senão continuar com a UNIMED, onde a renovação do contrato rendeu um aumento de 1 milhão de reais (são 21 milhões por ano – 10 milhões do TJAP e 11 milhões dos magistrados e servidores). Em relação ao item Carreira, o Presidente do TJAP lembrou os 210 cargos de confiança criados no 1º grau. Desses, 157 cargos irão ser ocupados por servidores efetivos, com aumento da remuneração. A decisão já é um grande avanço no aspecto Carreira dos servidores. O Desembargador disse que os servidores têm um bom plano de carreira, com um aumento vegetativo da folha de pagamento em torno de 3,3%, ao ano. Ele destacou o apoio da EJAP, que vai propiciar ao público interno melhor qualificação e formação. Contudo, pouco se pode fazer em relação remuneração a Carreira, visto serem muito boas, comparado ao mercado local. O Desembargador pediu, em razão da procura aos cargos, que é preciso correr na montagem do banco de dados de servidores para até agosto estar pronto. Quando o tema tratou do Tribunal voltar com o serviço médico, o Desembargador disse que o contrato dos médicos custa 1 milhão, ou seja, o valor do reajuste do plano de saúde, decisão tomada em 2017. Finalizada a discussão, foi apresentado o Objetivo Estratégico MODERNIZAÇÃO, onde a Meta era 70% e chegou a 66% em 2018. O Desembargador usou da palavra para dizer que o TJAP vai avançar em modernização, com o avanço do distribuidor no 1º grau. Até agosto vai ocorrer no âmbito do 2º grau. Fechando as SU's do interior, o Tribunal vai estar com 80% da centralização, que faz parte do programa de Modernização. Fazendo essas implementações o índice para 2018 será alcançado. O Julgamento virtual, para o 2º grau, fica para o início de 2019. O Desembargador CARLOS TORK garantiu que para 2019 já estão direcionados 4 milhões para investimentos em TI, fora o Site Backup. Em relação ao item, Tempo Médio de Processos Administrativos, o índice mostra o tempo de 3750 dias para ser finalizado. Foi explicado que esse alargamento é devido a processos antigos. A respeito da demora, o Desembargador alertou que os processos têm que ter começo, meio e fim, e muitos chegam a ser finalizados mas não estão sendo arquivados, razão do porque continuam aparecendo nos indicadores, trazendo problemas para o cumprimento das metas. Sobre os processos administrativos, o Juiz LUCIANO ASSIS sugeriu que, em virtude do TucujurisADM, seja realizada uma capacitação breve, ou workshop, a fim que haja troca de idéias para facilitar o entendimento do uso dessa ferramenta. Tem situações que às vezes não se sabe como fazer para equacionar a dificuldade no uso. É uma exigência da Corregedoria o uso 100% do TucujurisADM, e a eficiência passa pela facilitação de seu manuseio. Qualquer clique errado causa um transtorno enorme, disse o Magistrado. Ainda em relação à cultura do processo virtual, foi cobrado que seja massificado o chamado para a atenção dos usuários, no tocante ao devido andamento nos processos virtuais – entrada e saída nos departamentos. O Desembargador acatou a sugestão do Juiz LUCIANO ASSIS e garantiu a edição de uma resolução sobre o andamento devido de processos virtuais. O Desembargador autorizou, ainda, à Ascom, manter um espaço na página institucional, orientando os usuários sobre os andamentos dos processos virtuais no âmbito do sistema TucujurisADM. No Índice de Agilidade na Tramitação de Aquisição de Bens e Serviços, a Meta definida para 2018 foi 70%, já se chegou a 95%. Em relação ao Índice de Modernização de Trabalho Administrativo, foi esclarecido que a medição será mostrada na próxima RAE, em virtude da comissão permanente que vai desenvolver esse



trabalho se encontrar em processo de constituição, além do mapeamento das rotinas de trabalho do Judiciário local. Em seguida, o servidor WALMIR MESQUITA apresentou o Quadro Comparativo da Evolução de Conclusão dos Projetos de Modernização da TI. 66% dos projetos da área de TI encontram-se no estágio de implantação. Existem situações de projetos onde os termos de referências de alguns projetos estão sendo elaborados para facilitar o processo de licitação. A equipe já trabalha para evitar que os processos de aquisição sejam realizados no final do exercício, a criar transtorno departamental. O Diretor do DEINTEL, MARCO CRAVEIRO, na ocasião informou que até o final de maio, todos os projetos de TI serão encaminhados para os trâmites de aquisição. O Presidente do TJAP alertou para que os Termos de Referências sejam finalizados sem demora, em vista ao tempo para licitar e executar até o final do ano. Na ocasião, a Diretora do Departamento de Compras e Contratos, LANA NERY, pontuou que, desde quando o impacto orçamentário passou para o controle da ASPLAN, a demora nas informações se tornou um grave problema no processo das licitações, com uma demora entre dois a três meses para ser impactado e isso está a refletir nos certames licitatórios. A Diretora pediu para que a equipe da Asplan seja reforçada em vista a maior agilidade na realização da licitação. O Desembargador sinalizou como grave a menção de LANA NERY, pois não se pode admitir que, num setor estratégico, um processo fique três meses para ser respondido. É preciso averiguar o problema. A Asplan, que é responsável por controlar a execução orçamentária está levando três meses para decidir, algo precisa ser feito. Preciso saber qual é o processo que a Asplan levou três meses para decidir, solicitou o Presidente CARLOS TORK. Ele lembrou que o capital e giro para esse ano é de 5 milhões de reais a serem executados até o final do ano, sem a necessidade e criar expectativa para o orçamento de 2019. Logo, é preciso usar todos os centavos do orçamento, dentro da programação de execução prevista para este ano, sem que haja demora dessa natureza. As informações orçamentárias precisam estar alinhadas às necessidades de realizações até o final do segundo semestre, fechando em dezembro. O Assessor de Planejamento em exercício, CARLSON UCHÔA, explicou que, em decorrência da importância de executar o orçamento de acordo com os projetos programados, com vista ao melhor controle, alguma demora existe, especialmente quanto à disponibilidade de recursos para evitar o descontrole aos projetos aprovados por ocasião da elaboração do orçamento. Feito o esclarecimento, prosseguiu-se com o projeto SIMPLIFICAÇÃO, no item Índice de Virtualização de Processos Novos, com um percentual de atingimento de meta na ordem de 94,7%. Muitos processos estão fase de digitalização. No item Tempo Médio do Processo Judicial - dias, a média seria de 368 dias, esse tempo já se encontra em 616 dias do tempo médio do processo em 2018. Se em 2017 a situação era amarelo, atualmente encontra-se no vermelho. Essa informação estará disponível no Portal do TJAP para conhecimento das Unidades, a fim de chamar a atenção e alertar à redução desse tempo médio. Um dos fatores para essa demora diz respeito aos processos suspensos em razão de suas peculiaridades, uma delas é o tempo que fica no MP. Se estabelece políticas de melhoramento mas o sistema é lento, e isso reflete em demora. O Desembargador CARLOS TORK, destacou que, em reunião no CNJ sobre esse ponto, conseguiu-se excluir essa particularidade para alcance de meta. Outros fatores apontados como demora dizem respeito, por exemplo, a cumprimento de atos processuais. Um ato apenas, às vezes, por amparo legal pode levar até 45 dias para cumprimento do ato, e por aí vai formando-se um círculo de atos. JOSEMIR MENDES, gerente de projeto, disse que o processo se estica muito porque precisa deixar o escaninho em dia, mas a efetividade não se está alcançando. A indicação do Desembargador é que sejam formados gestores judiciais, onde cada gabinete deve ter um. A reunião seguiu com a apresentação da Taxa de Congestionamento na Fase de Conhecimento, onde a meta era 43% e o quadro mostra o índice de 78,9% de congestionamento. Ressalta-se que a taxa de congestionamento em todas as Unidades começam alta e, no decurso do ano, com os processos em andamento, a tendência é queda, terminando o ano com a taxa, senão zerada, mas bem baixa. A Taxa de Congestionamento na Fase de Execução está alta, com 78,9%, quando a meta é 55%. O Índice de Varas Criminais com o Sistema de Audiência por Videoconferência é aquela situação onde quando maior melhor, nesse índice está apenas com 9,1%, quando a meta é atingir 30%. Foi informado que o sistema já está pronto para ser estendido a outras Unidades pelo fato de ser um sistema bom e barato. Em relação ao indicador de Audiências Criminais Realizadas por Videoconferência, a tendência é que, com a instalação do sistema nas demais Unidades, aumente esse índice. Na Taxa de Congestionamento em Demanda de Massa, a meta era 65% e já está em 86,3%. Esse índice precisa ser baixado para ser melhor. Taxa de Congestionamento das Ações de



Improbidade e Combate a Corrupção. A meta é chegar a 75%, visto que se encontra com 94,4%. Nesse caso, quanto menor melhor. No Índice de Agilidade e Julgamento nas Ações de Improbidade Administrativa e Crimes Contra a Administração Pública, segue a linha do quanto maior melhor. O índice para atingimento da meta é 85%, o quadro mostra um desempenho de 77,2%. Terminados os itens do Objetivo Simplificação, passou-se para o Objetivo CAPTAÇÃO E GESTÃO RECURSOS, segundo o qual foi mostrado que a meta do Índice de Execução Orçamentária prevê 99%. Já se executou 33,4%, mas a meta é executar 100%. No Índice de Eficiência Operacional o custo está em 3.643 quando a meta é 2516. Dependendo da quantidade de arquivamento o número vai baixando. No Índice Incremento no Investimento verificou uma incoerência e o Desembargador CARLOS TORK pediu averiguação. Os dados precisam ser revistos. Na abordagem do Objetivo Estratégico TRANSPARÊNCIA, foi mostrado que o Índice de Transparência tinha como meta atingir 85% e já se alcançou 100%. No Objetivo Estratégico RELACIONAMENTO, o Índice de Qualidade no Atendimento estabeleceu meta de 85%, mas somente no final do ano o dado será atualizado em razão da pesquisa anual que é realizada no final do ano. Na ocasião foi mostrado que esse índice, nos três últimos anos está caindo. A pesquisa é realizada por estagiários, e em muitos casos observou que as respostas foram copiadas de um formulário para o outro. Apesar das correções o índice permaneceu em baixa. Em relação ao Índice de Satisfação do Cidadão, ainda não foi possível medir. Seguindo para o Objetivo INTEGRAÇÃO PARA O SISTEMA DE JUSTIÇA, o Assessor CARLSON UCHÔA mostrou que o resultado está abaixo do esperado. A meta ainda não foi atingida, onde abrange os convênios com outros Poderes. A meta é 85% e consta apenas 52%. Na ocasião, o Desembargador divergiu do resultado. Ele explicou que o índice é integrar a Justiça e todos os convênios contribuem. Uma vez que nenhum convênio se desfez, é preciso verificar a forma de aferição para corrigir os resultados. Se ocorreu perda de algum convênio o índice cai. Se cresceu, o índice sobe. Na conclusão de apresentação dos indicadores dos objetivos estratégicos, foram analisados os índices do Objetivo CIDADANIA. Entre eles, o Índice de Conciliação Processual e o Índice de Conciliação Pré-processual. Sobre a Conciliação Processual, os índices foram mantidos, onde 24% é a média de eficiência no Juizado e 16% no Cível, esclareceu o Desembargador CARLOS TORK. O Desembargador explicou que a não instalação dos CEJUSCs, nos Juizados, deve-se ao fato que a presença do Magistrado nas audiências eleva o índice de eficiência do que com o Juiz distante. No CEJUSC o índice de eficiência é bem inferior. CARLSON UCHÔA esclareceu que a aferição evidenciada na reunião corresponde ao total de sentenças homologatórias x sentenças não homologatórias na área cível, em âmbito estadual. Nesse caso, o indicador mostra além, isto é, Cível e Criminal. Logo, o número é bem superior, o que vai precisar de reunião com a SGPE para corrigir e homologar a SQL para que a coleta seja feita corretamente. No tocante ao Índice de Conciliação Pré-processual, o índice reforça que deve ser observado o total de entradas pré-processuais x as conciliações positivas, e que também precisam ser corrigidas no sistema. O índice entre sentenças positivas pré-processuais vem crescendo nas conciliações, onde já se encontra na casa dos 38%. Uma questão suscitada é quanto a necessidade de reavaliar o percentual dessa meta, visto que o percentual é muito alto e não atende mais como o índice ideal para mensurar, precisando de um estudo para diminuí-lo. A juíza JOENILDA LENZI suscitou questão em relação a audiência positiva e negativa, tocante aos procedimentos. O que ocorria era que, na ocasião de finalizar a audiência, o sistema era aberto. E mesmo que apenas uma parte tivesse comparecido abria-se o termo e registrava como audiência negativa, como se a proposta de acordo tivesse acontecido. A Juíza ressaltou que, se uma das partes não compareceu, logo não ocorreu acordo e a audiência não pode ser considerada negativa. Nesse aspecto, o Des. CARLOS TORK explicou que a audiência pré-processual se trata da implantação da cultura da conciliação extra-processual, e chamou para necessidade de se ter dois índices, um para medir a instalação de audiência e outro que possa medir a eficiência na conciliação pré-processual. É importante medir os dois, inclusive para se saber qual o número do não comparecimento nas audiências, que é significativo. E aí teremos a eficiência do sistema pré-processual. Foi apresentado ainda o Índice de Efetividade no Esforço de Conciliação, no qual mede a eficiência, onde a meta é chegar a 29% e já se alcançou 14,8%. O Desembargador considerou importante reavaliar o sistema de medição da efetividade. É delicado e precisa ser melhor trabalhado, verificando, inclusive como estão outros Tribunal nessa questão. Em relação ao Índice de Audiências de Conciliação não Realizada, não aparece indicador. CARLSON UCHOA informou que os contatos serão mantidos com a SGPE para regularizar o sistema dessa informação. No Índice do Esforço da



Conciliação, que são aquelas realizadas por agendamento, o indicador mostra 80% já efetivado. Na sequência da apresentação, foi mostrado o Objetivo Estratégico CAPTAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS, e logo em seguida foi mostrada a análise final dos resultados e que, de acordo com as cores dos objetivos do mapa estratégico, até o mês de abril o vermelho predominou no mapa. Foi observado que as metas estão a cada ano ficando com grau de dificuldade maior para atingir o índice. CARLSON UCHOA reforçou que é preciso maior empenho, para que na próxima RAE o mapa mostre mudança nas cores e, ao final do ano, o Mapa Estratégico apresente as cores verdes.

**Item 3.6 da pauta: Agenda da RAE 2018:**

A próxima RAE, definida para o dia 31 de agosto, a pedido do Desembargador CARLOS TORK, foi antecipada para o dia 10 de agosto, em razão dos resultados que não são favoráveis, e pediu que os gerentes reúnam com os gestores, patrocinadores e vice-versa. E a última RAE de 2018 está agendada para o dia 23 de novembro.

**Item 3.7 da pauta: O que ocorrer:**

O Desembargador CARLOS TORK concluiu a reunião agradecendo a participação e empenho de todos...

**4. Pendências:**

4.1. A apreciação e assinatura da ata da 7ª RAE pelos participantes.

**RELAÇÃO ANEXA DE PARTICIPANTES**

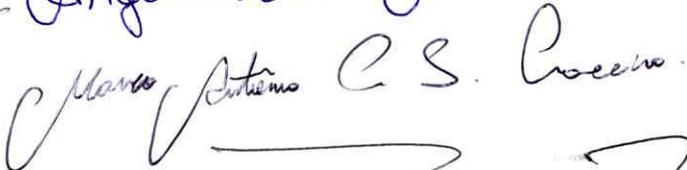
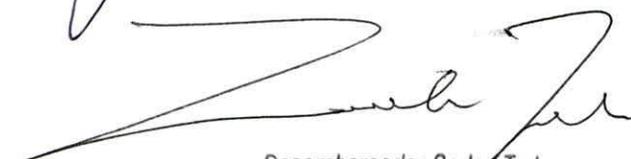
Comitê de Gestão Estratégica	Data	Assinatura
Desembargadora Carlos Tork – Presidente		
Desembargador Agostinho Silvério Junior		
Desembargador Gilberto de Paula Pinheiro		
Juiz João Teixeira de Matos Júnior – Juiz Auxiliar da Presidência		
Priscylla Peixoto Mendes – Juíza de Direito		
Gláucio Maciel Bezerra – Diretor Geral		
Rosywan Cantuária – Núcleo de Gestão Estratégica		
Gestores de Projetos	Data	Assinatura
Esclepiades de Oliveira Neto – Juiz de Direito		
Reginaldo Gomes de Andrade – Juiz de Direito		
José Luciano de Assis – Juiz de Direito		
Joenilda Lobato Silva Lenzi – Juíza de Direito		
Marilda Auzier		
Bernadeth Farias Corrêa		Bernadeth Corrêa Farias
Adelson Armando Marques Anderson		
Gerentes de Projetos	Data	Assinatura

Handwritten signatures and initials in blue ink are present throughout the page, including a large signature on the left side and several smaller ones at the bottom.



Diego França da Silva		
Maria de Jesus Santos Oliveira		
Walmir Bezerra de Mesquita		
Isaac Emanuel Silva Pereira		
Alan Davis Freire de Souza		
Lidiane Fonseca Soares		
Josemir Mendes de Souza Junior		
Lucinéia da Silva Costa		
Luiz Henrique Paranhos Barbosa		
Marcelo Victor Miranda	12/05/18	
Shirley Neves Kasahara		
Lorena Rocha Blanc Masili		
Oberdan Serrão de Almeida		
Aloisio Miranda Menescal		
Pedro Correia da Silva Junior		
Anderson Corrêa de Souza		
<b>Escritório de Projetos</b>	<b>Data</b>	<b>Assinatura</b>
Job Duarte Moraes		
Augusto César Alberto Neri		
Renato Ribeiro dos Santos	22/17/18	
<b>Núcleo de Estatística</b>	<b>Data</b>	<b>Assinatura</b>
Joudson Medeiros de Oliveira	21/08/18	
Adriana Moraes de Carvalho		
Teófilo Emílio Soeiro dos Santos		
Carlson Uchoa		

RELAÇÃO ANEXA DE PARTICIPANTES

 Lana Karina Pinon Ney.  Angela Waios Alus Valadões  
 Marco Antonio C. S. Coelho.  
  
 Desembargador Carlos Tork  
Presidente do TJAP